



Processo nº (a): 42.205/07
Apenso nº: 001.006.96/03 - CLDF
Origem: Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF
Assunto: Aposentadoria
Ementa: Aposentadoria no cargo de Técnico Legislativo.

Decisão nº 1.011/11: diligência.

A Unidade Técnica manifesta-se pela **ilegalidade** da concessão, por insuficiência temporal para a inativação.

O Ministério Público opina no mesmo sentido.

Voto convergente.

RELATÓRIO

Trata-se da aposentadoria voluntária, com proventos integrais de Ana Maria Botelho Rocha, matrícula nº 11.775-29, no cargo de Técnico Legislativo, Nível III, Padrão 11, com fundamento no art. 8º, incisos I, II e III, da EC nº 20/98, c/c o art. 3º da EC nº 41/03, de acordo com o ato publicado no DCLDF de 29.10.07.

Em análise simplificada de procedimentos autorizada pela Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07, a Unidade Técnica manifesta-se pela ilegalidade da concessão, tendo em conta as seguintes considerações:

4. Por meio da Decisão nº 1010/2011, o egrégio Plenário, determinou à Jurisdicionada que adotasse algumas providências:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em diligência, a fim de que a jurisdicionada, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: 1) prestar circunstanciados esclarecimentos acerca da averbação como tempo de serviço, na condição de aluna aprendiz, do período de 05/02/1973 a 27/11/1973, referente ao curso de Técnico de Economia Doméstica, ministrado pelo Centro de Ensino Tecnológico de Brasília – CETEB, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura; 2) dar ciência à interessada para, querendo, apresentar, dentro do prazo preestabelecido, elementos que fundamentem a legalidade da citada averbação, em vista da possibilidade de exclusão do referido tempo;



- 3) oficiar a ELETRONORTE S.A. com vistas à obtenção de documento que discrimine o tempo de serviço efetivamente prestado pela interessada àquela empresa pública, com a indicação de todos os afastamentos, licenças, faltas, etc, tendo em conta que referido tempo foi aproveitado para ATS.
5. Em cumprimento ao determinado no item 3, fora apresentada a certidão de tempo de serviço emitida pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE (fl. 74 do apenso).
6. Em atendimento ao item 1, foram apresentados os documentos de fls. 75 a 86 do apenso.
7. O pedido de averbação do tempo de aluno-aprendiz havia sido negado por meio da Parecer nº 101/04 – PG (do qual não consta cópia nos autos). Ao ser analisado o recurso da servidora, o entendimento fora alterado, com a emissão do PARECER nº 037/2007 do Setor da Legislação de Pessoal da Diretoria de Recursos Humanos da CLDF (fls. 75 a 81 do apenso) e do PARECER nº 098/2007 da Procuradoria-Geral da CLDF (fls. 82 a 85 do apenso), esse aprovado pelo Procurador-Geral da CLDF, conforme DESPACHO Nº 61/2007-PG .
8. No PARECER nº 037/2007, o Setor de Legislação de Pessoal da Diretoria de Recursos Humanos da CLDF concluiu que o recurso da servidora deveria ser provido para “(...) assegurar a averbação do período laborado como aluna-aprendiz, comprovada por certidão específica do órgão para todos os efeitos legais conforme o entendimento do Tribunal de Contas do Distrito federal exarado no Processo 4974/98 (B).” (o grifo não é do original)
9. O tempo de aluna-aprendiz foi certificado pelo CETEB¹ por meio da certidão de fl. 34 do apenso. Nesse documento informou-se que o curso de Técnico de Economia Doméstica fora ministrado pelo CETEB, no período de 05/02/1973 a 27/11/1973, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, e que a aluna recebia ajuda de custo à conta do orçamento do MEC, para alimentação e transporte.
10. Conforme depreende-se de seu texto, as conclusões do PARECER nº 037/2007 se pretendem embasadas no entendimento do TCDF, exarado no Processo nº 4974/98 e no Manual de Aposentadoria e Pensão Civil do TCDF (item 3.1.3 letra “c”), de que o tempo de aluno-

¹ O CETEB constitui-se como Unidade Operacional da Fundação Brasileira de Educação - FUBRAE, Instituição Jurídica de Direito Privado, de natureza cultural, educacional e assistencial, criada em 1955 no Rio de Janeiro. Possui sede e foro em Brasília – Distrito Federal. (fonte: www.ceteb.com.br)



aprendiz, em escola pública profissional, pode ser contado para todos os efeitos desde que tenha ocorrido de forma não-eventual; que o aluno tenha recebido retribuição pecuniária à conta do orçamento público e que o referido tempo seja comprovado por certidão específica do órgão ou entidade pública para o qual fora prestado.

11. O Setor de Legislação de Pessoal da CLDF considerou que as exigências para a averbação do período em questão estariam satisfeitas: retribuição pecuniária com recursos públicos e emissão de certidão específica do órgão que recebeu a dotação pública.

12. Sua análise sustenta-se em premissa equivocada, pois considerou que as exigências estariam comprovadas pela emissão da certidão do CETEB (o qual considerou como órgão), porque entendeu que a presença da conjunção alternativa “ou” (na expressão “órgão ou entidade pública”), faz com que o TCDF exija que a entidade seja pública; mas não exija que o órgão seja órgão público (fl. 79 do apenso):

“A utilização da conjunção alternativa demonstra que a certidão é de determinado órgão ou de uma entidade pública, o que exclui interpretação que equipara as expressões órgão e entidade como ente público.”

13. Por intermédio do Parecer nº 098/2007, fora proposto ao Procuradoria-Geral da CLDF a revisão do Parecer 101/04, para que pudesse ser computado, como efetivo tempo de serviço, o período de aprendizado em escola técnica. A proposição fora acatada para computar-se o período de aluna-aprendiz apenas para fins previdenciários, conforme despacho de fl. 86 do apenso.

14. Para fazer sua proposição, a parecerista argumentou que o tempo de aluno aprendiz em escolas técnicas pode ser “computado como tempo de serviço, desde que tenha havido pagamentos à conta do orçamento público, mesmo que de forma indireta, como recebimento de alimentação, de fardamento e de material escolar”. Para sua análise buscou apoio na jurisprudência do TCDF, citando os Processos 4909/98, 1710/98 e 1974/93 (Decisões nº 1313/03, 1872/02 e 7055/00). Citou também: o enunciado 96 das Súmulas do TCU e julgados do STJ (REsp. 511.566 e REsp. 457.189) e do TJDF (Processo nº 2003.01.1.0229225-5).

15. Em conformidade com a jurisprudência do TCDF (além da prestação não-eventual e da retribuição à conta do orçamento), o



tempo de aluno-aprendiz deve ser certificado por órgão público ou por entidade pública.

16. Segundo o Enunciado nº 096 das Súmulas do TCU² (se cumpridas as exigência), pode ser contado como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado em Escola Pública Profissional, na qualidade de aluno aprendiz. No mesmo sentido, os julgados citados do STJ trazem, nas respectivas ementas, a menção de que o período trabalhado como aluno-aprendiz em escola técnica federal pode ser computado para fins previdenciários. Na ementa do julgado citado do TJDF, consta que pode ser contado o tempo prestado como aluno aprendiz junto a escola pública.

17. Assim, para ser averbado como tempo de serviço (para fins de aposentadoria e disponibilidade), além dos requisitos de não-eventualidade e retribuição à conta do orçamento público, o período de aluno-aprendiz deve ter sido prestado em escola técnica de natureza pública.

18. Por fim em cumprimento ao item 3, a servidora se manifestou com a apresentação dos documentos de fls. 87 a 94 do apenso.

19. No documento de fls. 87 a 88, a servidora Ana Maria Botelho Rocha informou que em 1973 não havia no DF faculdade pública ou privada que pudesse oferecer o curso de Licenciatura em Artes Práticas, com habilitação em Educação para o Lar, cujo conteúdo era obrigatório no ensino de 1º e 2º graus. E, como havia carência de professores com essa habilitação, o Ministério da Educação e Cultura selecionou Técnicos em Economia Doméstica, de Brasília, e professores, de Goiás e Mato Grosso, para participarem do curso superior em Artes Práticas – Licenciatura curta em Educação para o Lar.

20. Embora o curso tenha sido realizado para suprir carências em 1973, a servidora só veio a trabalhar como professora (da Fundação Educacional do DF) em 1991.

21. No mesmo documento de fls. 87 a 88, a servidora informou que para a realização do curso, o MEC firmou convênio com o Cento de Ensino Tecnológico de Brasília – CETEB, para utilização das

² TCU SÚMULA Nº 096 - Conta-se para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado, na qualidade de aluno-aprendiz, em Escola Pública Profissional, desde que comprovada a retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros.



instalações físicas, e com o Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB, para fornecimento do corpo docente.

22. De acordo com os documentos de fls. 34 e 91 a 94 do apenso, a comprovação da frequência ao curso foi emitida pelo CETEB; mas o certificado de conclusão, pelo CEUB.

23. A certidão de tempo de contribuição de fl. 34 do apenso, informa que o curso havia sido ministrado pelo CETEB, sem nenhuma referência à participação do CEUB.

24. Informou ainda a servidora, às fls. 87 a 88, que o curso era gratuito e que os alunos recebiam, na Tesouraria do CETEB, uma ajuda de custo, liberada pelo MEC, para despesas com transporte e alimentação.

25. Com relação aos percebimentos a título de ajuda de custo, além da informação da própria servidora, há a informação do CETEB à fl. 34 do apenso; mas não consta nenhuma informação do MEC a esse respeito, nem mesmo cópia do convênio ou regulamentação do curso com previsão de tais pagamentos.

26. Por fim, nem o CETEB e nem o CEUB são entidades públicas, assim, de acordo com a jurisprudência citada no PARECER 098/2007, a frequência a cursos por eles ministrados não pode ser contada como tempo de serviço para aposentadoria e disponibilidade, na qualidade de aluno-aprendiz.

27. Com a exclusão do período de aluna-aprendiz, o tempo de contribuição da servidora Ana Maria Botelho Rocha será insuficiente para a modalidade de aposentadoria pretendida (aposentadoria fundamentada no art. 8º, I, II e III, da EC nº 20/1998, c/c o art. 3º da EC nº 41/2003). Contudo, observa-se que o ato de concessão da aposentadoria em análise foi publicado no DCLDF de 29/10/2007 e que, pouco tempo depois, em 02/02/2008 a servidora completou 55 anos de idade, quando (mesmo com a exclusão do tempo de aluna-aprendiz), se ainda estivesse trabalhando, passaria a fazer jus a aposentar-se com base no artigo 6º da EC nº 41/2003.

28. Por meio da Decisão nº 1850/2007, prolatada no Processo nº 2201/2003, o Plenário desta Corte de contas considerou ilegal a aposentadoria porque a servidora ainda não havia completado a idade mínima para se aposentar pelo art. 8º, inciso I e § 1º, da Emenda Constitucional nº 20/98. Na mesma decisão, determinou à Jurisdicionada que desse ciência à interessada sobre o seu direito de pleitear nova aposentadoria, com efeitos a contar da data em que



completou 48 anos de idade, em conformidade com as normas previstas no art. 8º da Emenda Constitucional nº 20/1998, c/c o art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

29. Caso semelhante foi analisado no Processo nº 1806/2002. Nesse processo, por meio da Decisão nº 5019/2003, a aposentadoria também foi considerada ilegal porque a servidora ainda não havia completado 48 anos de idade. Em obediência à decisão do Tribunal, a Jurisdicionada tornou sem efeito o ato concessório original. Porém, como a servidora já havia completado os 48 anos de idade, editou novo ato, concedendo nova aposentadoria, com os mesmos fundamentos da anterior, com data de vigência a contar do dia em que ela completara a idade exigida. A segunda concessão foi considerada legal, por meio da Decisão nº 3681/2006.

30. Entendimento semelhante poderá ser aplicado ao presente caso e, assim, a Jurisdicionada poderá informar à interessada sobre a possibilidade de pleitear nova aposentadoria fundamentada no artigo 6º da EC nº41/2003.

Ante o exposto, a Unidade Técnica manifesta-se, em síntese, pelo cumprimento do *decisum* e pela ilegalidade da concessão, por falta de requisito temporal, conforme alinhado à fl. 18.

O Ministério Público, mediante o Parecer nº 1.648/12-MF, acolhe a proposição do Corpo Técnico.

É o Relatório.



VOTO

Sob exame, aposentadoria voluntária, com proventos integrais, de Ana Maria Botelho Rocha, no cargo de Técnico Legislativo, da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF.

O Tribunal, por meio da Decisão nº 1.010/11, determinou à jurisdicionada que prestasse esclarecimentos acerca da averbação como tempo de serviço, na condição de aluna-aprendiz, do período de 05.02.1973 a 27.11.1973, referente ao curso de Técnico de Economia Doméstica, ministrado pelo Centro de Ensino Tecnológico de Brasília – CETEB, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura.

Citada deliberação plenária decidiu, também, que, em vista da possibilidade de exclusão do referido tempo, fosse a interessada cientificada para, caso quisesse, apresentar elementos que fundamentassem a legalidade da citada averbação.

Ordenou, ainda, que solicitasse à ELETRONORTE S.A, documento discriminando o tempo de serviço efetivamente prestado pela servidora àquela empresa, com a indicação de todos os afastamentos, licenças e faltas, tendo em conta que referido tempo foi aproveitado para ATS.

Desta feita, o Órgão Técnico, ao avaliar os elementos enviados, certifica que para ser averbado como tempo de serviço, para fins de aposentadoria e disponibilidade, além dos requisitos de não-eventualidade e retribuição à conta do orçamento público, o período de aluno-aprendiz deve ter sido prestado por órgão ou entidade pública.

Refuta afirmação do Setor de Legislação de Pessoal da CLDF que considerou que as exigências³ para a averbação do período em questão estariam comprovadas pela emissão da certidão do CETEB, sob a alegação de que a presença da conjunção alternativa “ou” na expressão “órgão ou entidade pública”, faz com que o TCDF exija que a entidade seja pública, mas não exija que o órgão seja órgão público.

³ Retribuição pecuniária com recursos públicos e emissão de certidão específica do órgão que recebeu a dotação pública.



Registra que, de acordo com os documentos de fls. 34, 91 a 94 do apenso, a comprovação da frequência ao curso foi emitida pelo CETEB, sendo o certificado de conclusão, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB.

Anota que a certidão de tempo de contribuição de fl. 34 do apenso indica que o curso havia sido ministrado pelo CETEB, sem nenhuma referência à participação do CEUB.

Menciona ter sido informado pela servidora que o curso era gratuito e que os alunos recebiam, na Tesouraria do CETEB, uma ajuda de custo, liberada pelo MEC, para despesas com transporte e alimentação, conforme documentação do CETEB e da própria servidora (fls. 34, 87 e 88), destacando, contudo, a inexistência de informação do MEC a esse respeito.

Conclui que a frequência a cursos ministrados pelo CETEB não pode ser contada como tempo de serviço para aposentadoria e disponibilidade, na qualidade de aluno-aprendiz, por entender que o CETEB⁴ não possui natureza jurídica de Direito Público e que o curso em questão, embora tenha sido certificado pelo CETEB, foi realizado pelo corpo docente do CEUB, entidade igualmente privada.

Assevera que não consta nos autos prova material ou manifestação do MEC de que a ajuda de custo alegada, para custeio de transporte e alimentação, tenha se dado à conta de dotação orçamentária, destacando, ainda, que não existe cópia de convênio ou regulamentação do curso com previsão de tais pagamentos.

Atenta que caso semelhante foi analisado no Processo nº 1.806/02 (Decisão nº 5.019/03), em que a aposentadoria foi considerada ilegal porque a servidora não havia completado 48 anos de idade, tendo a Jurisdicionada, em obediência à decisão do Tribunal, tornado sem efeito o ato concessório original e, como a servidora já havia completado os 48 anos de idade, editado novo ato, concedendo nova aposentadoria, com os mesmos fundamentos da anterior e data de vigência a contar do dia em que ela completara a idade exigida, sendo a segunda concessão considerada legal, por meio da Decisão nº 3.681/06.

Por fim, conclui que entendimento semelhante pode ser aplicado ao presente caso, devendo a Jurisdicionada informar à interessada sobre a possibilidade de pleitear nova aposentadoria fundamentada no art. 6º da EC nº 41/03.

⁴ Segundo a instrução, “o CETEB constitui-se como Unidade Operacional da Fundação Brasileira de Educação - FUBRAE, Instituição Jurídica de Direito Privado, de natureza cultural, educacional e assistencial, criada em 1955 no Rio de Janeiro. Possui sede e foro em Brasília – Distrito Federal. (fonte: www.ceteb.com.br).”



O douto Ministério Público acolhe a proposição do Corpo Técnico.

Em face do exposto, acolhendo os termos propostos na instrução e no parecer do Ministério Público, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I - considere cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 1.010/11;

II - considere **ilegal** a concessão em exame, com recusa do registro, por falta de requisito temporal, face à exclusão do período de 05.02.1973 a 27.11.1973 (averbado como aluna-aprendiz), referente ao curso de Técnico de Economia Doméstica, ministrado pelo Centro de Ensino Tecnológico de Brasília – CETEB, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura;

III - determine à Câmara Legislativa do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, inciso X, da LODF) o que será objeto de verificação em futura auditoria;

IV - determine à Jurisdicionada que dê ciência à servidora Ana Maria Botelho Rocha da decisão que vier a ser adotada pelo Plenário e quanto à possibilidade de pleitear nova aposentadoria, fundamentada no art. 6º da EC nº 41/03, com vigência a contar da data em que completara 48 anos de idade;

V - autorize o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

Sala das Sessões, de junho de 2013.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora